

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ALTERNATIVA DE EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO AMAPÁ.

Aldine Sobrinho dos Santos*
Alessandra de Araújo Landin Pinto*
Karen Suellen Trindade Maciel*
Keisiane de Souza Chaves*
Rafaela Cibelly Pimentel*
Prof. Raimundo Vasques**

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar a proposta educacional desenvolvida pelas Escolas Famílias Agrícolas e Agroextrativistas (EFAs) do Estado do Amapá, utilizando a Pedagogia da Alternância como alternativa de educação sustentável. Resulta de uma pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade discorrer sobre a significância da Pedagogia da Alternância para a educação do homem do campo e o papel da EFAs como contribuição significativa de sustentabilidade no Estado do Amapá. Na análise da pesquisa foi possível identificar que a Pedagogia da Alternância nas EFAs tem contribuído na efetivação de uma educação rural diferenciada das escolas rurais convencionais, estimulando as ações da comunidade e o fortalecimento do capital social, com práticas de solidariedades, sustentabilidade e cooperação com objetivo do crescimento econômico e social das famílias que constituem cada localidade que se beneficia dessa forma de educação.

Palavras-Chave: Pedagogia da alternância. Sustentabilidade. Educação. Estado do Amapá - EFAs.

Tratar de um assunto tão importante que é a sustentabilidade da educação estimulou ao estudo de um contexto relevante dentro dessa perspectiva que é a pedagogia da alternância, que tem como objetivo o diagnóstico e a aplicabilidade dessa metodologia como sustentabilidade da educação em consonância com a sustentabilidade econômica de uma comunidade. Portanto, será abordado o fazer pedagógico das Escolas Famílias do Estado do Amapá, no que concerne a implementação da proposta e sua relação com o meio ambiente, visando uma melhoria da qualidade de vida das populações onde as escolas estão localizadas.

Este trabalho tem como finalidade a explanação da educação na alternância no meio rural como forma de contribuir para o incentivo e crescimento do setor

Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP – Macapá – AP Março/Maio 2012.

**Professor Orientador

econômico, social, político e cultural da zona rural do Estado do Amapá, assim como a conscientização da sustentabilidade do meio ambiente.

Um pequeno grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades de uma Educação para o meio rural, iniciou em 1935 um movimento que culminou no surgimento da Pedagogia da Alternância (GIMONET, 1999; ESTEVAM, 2003; MAGALHÃES, 2004). Esse grupo enfatizava a necessidade de uma educação escolar que atendesse às particularidades psicossociais dos adolescentes e que também propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região. No ensino organizado por esses agricultores, com o auxílio de um padre católico, alternavam-se tempos em que os jovens permaneciam na escola – que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia – com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo na família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. A ideia básica era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família (MAGALHÃES, 2004).

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio sócio profissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos.

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância se estabelece através da própria lógica que a caracteriza, ou seja, a que procede em três objetivos distintos: Ver, Julgar e Agir. O primeiro ver e observar a realidade corresponde ao diagnóstico e levantamento que o aluno faz de todos os aspectos da realidade, inclusive o contexto histórico e político da comunidade. O segundo julgar e refletir com ajuda de aportes teóricos corresponde à pesquisa de subsídios teóricos que irão permitir adquirir os conhecimentos necessários para compreender melhor a realidade e confrontá-la com o saber científico e o terceiro agir para transformar a realidade através de ações concretas, corresponde a fase de experimentação pedagógica em si, resultante dos objetivos anteriores. É através deste objetivo, que o aluno em formação irá experimentar novas práticas através de ações concretas, produzindo um novo conhecimento que irá beneficiar e transformar a realidade de sua comunidade.

Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (BEGNAMI, 2006).

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as então Escolas Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta.

O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (PESSOTTI, 1978).

Atualmente existem no Brasil diversas experiências de educação escolar que utilizam a Pedagogia da Alternância como método. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs).

O Brasil conta hoje com 243 Centros Familiares de Formação por Alternância CEFFAs (UNEFAB, 2007) em atividade em todas as regiões e em quase a totalidade dos Estados, com exceção de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Sendo assim, as EFAs têm quatro pilares que as caracterizam e as sustentam: as associações mantenedoras da EFA, a Pedagogia da Alternância, a formação integral do aluno e o desenvolvimento local sustentável. O primeiro desses pilares é a constituição de uma associação responsável pela EFA nos diversos aspectos: econômicos, jurídicos e gestão. As EFAs representam para as suas associações, não um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar o desenvolvimento local e coletivo (CALVÓ, 1999). Ou seja, através das EFAs suas associações podem atuar em projetos e atividades que favoreçam o desenvolvimento local ao mesmo tempo em que se propõem a formar as futuras gerações que vão dar continuidade ao projeto.

Esse primeiro pilar é condição necessária à formação e manutenção de uma EFA, porque sua existência se vincula a uma organização local de base participativa, em que a associação das famílias, as comunidades, as instituições locais, os profissionais do setor são os responsáveis pela gestão e pelo desenvolvimento local. Essas associações não devem se confundir com as tradicionais associações de pais

e mestres, que, de modo geral, existem para dar apoio externo à escola na qual estudam seus filhos. Essas associações são a condição apriorística da existência da EFA. Ela deve consistir em uma organização de base democrática e participativa, composta por pais e outros atores comunitários, que tenham como principal objetivo a promoção do desenvolvimento local.

O segundo pilar que caracteriza e sustenta uma Escola Família é a adoção de uma proposta pedagógica específica: a Pedagogia da Alternância. No sentido geral, alternância significa, segundo Calvó (1999, p.17) um “conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola. Isto sempre dentro de uma interação educativa escola-meio”.

Silva (2003) também compartilha dessa definição de alternância elaborada por Calvó. Ela entende alternância como estratégias de escolarização que possibilitam aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural. Daí a importância da Escola Família como uma alternativa de escolarização desse público, uma vez que possibilita ao aluno ter acesso à escola, ao mesmo tempo em que permite a ele permanecer junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas.

O terceiro pilar que dá sustentação a uma EFA e a caracteriza como tal é a formação integral da pessoa, de modo a lhe permitir o desenvolvimento pleno da personalidade e a capacidade de construir seu projeto de vida. Essa formação integral da pessoa diz respeito a tudo aquilo que pode enriquecer a sua constituição como indivíduo, considerando todos os elementos que se referem ou interferem na aprendizagem, como a organização escolar, a formação dos profissionais que nela atuam a configuração social, as representações vigentes no meio, o projeto de vida de cada um, as condições socioeconômicas da família e da comunidade etc.

A formação do jovem pela alternância implica o seu envolvimento em atividades produtivas, de maneira a relacionar suas ações com a reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas (SILVA, 2003). Ou seja, essa formação busca a interação entre as atividades práticas e a reflexão teórica sobre elas. Nessa perspectiva educativa o jovem deve ser o protagonista de sua própria formação (GIMONET, 2005).

Ele deve analisar quais conteúdos são relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social. A atenção personalizada é importante nesse processo de formação, pois a tutoria, o diálogo para revisão do caderno da realidade, as visitas às famílias e às comunidades são alguns dos procedimentos didáticos utilizados para atingir o objetivo da formação integral do aluno.

Por último, o quarto pilar que caracteriza e sustenta uma Escola Família é a sua preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento local e sustentável.

No Estado do Amapá em 1983, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com a diocese local iniciou uma discussão buscando uma alternativa para aprimorar a educação no campo. Ao tomar conhecimento das Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo, o sindicato patrocinou alguns voluntários para conhecer a experiência que já se consolidava naquela região. No final do ano de 1983, o Padre Ângelo Da Maren, articulou uma parceria com a organização italiana AAES (Associação dos Amigos do Espírito Santo), que, por meio de recursos advindos do governo italiano, tinha o objetivo de programar projetos sociais em países sul americanos. Em 1985, após enfrentar resistência de o governo militar da época, foi assinado um convênio entre AAES e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para construção e manutenção por cinco anos de três EFAs.

Podemos citar dois nomes que tiveram participação ativa do projeto: o Sr. Tomé de Souza Belo e Senhor Círio Campos Ramos. Ambos foram decisivos no papel de lideranças comunitárias no sentido de mobilização das pessoas, sendo o Senhor Círio o primeiro presidente da rede das escolas e o Senhor Tomé presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em 1989 a EFAs do Pacuí inicia suas atividades e dois anos depois, em 1991, as EFAs da Perimetral Norte e de Afuá, esta última localizada no Pará e que interrompeu suas atividades por falta de recursos. Ainda hoje, a comunidade, por meio da associação de pais e alunos, possui importância fundamental para garantir a continuidade do projeto. São realizadas reuniões mensais para as discussões em torno das perspectivas e dificuldades do trabalho nas escolas e todas as decisões são tomadas em assembleia.

As escolas famílias se diferenciam das escolas tradicionais por adotar a metodologia da alternância, além de proporcionar uma formação integral para o jovem e desenvolvimento do meio onde está inserido. O acordo incluía também a

vinda de voluntários italianos que iniciaram as atividades de construção das escolas em 1988 com apoio das comunidades que se organizavam em forma de associação por meio de mutirões. As lideranças comunitárias tiveram importante papel na mobilização destas para garantir a continuidade do projeto.

O Estado do Amapá possui, atualmente, cinco escolas famílias agrícolas/agroextrativistas, que atendem a um total de oitocentos e dezenove alunos de mais de quinhentas famílias espalhadas por mais de cento e quarenta comunidades nos dezesseis municípios do Amapá e incluindo algumas regiões do Pará.

A tabela a seguir apresenta dados dos municípios, o tipo de formação e a quantidade de alunos em cada escola.

MUNICÍPIOS	ESCOLA	FORMAÇÃO	Nº DE ALUNOS
Macapá	Escola Família Agrícola do Pacuí.	Técnico em Agropecuária.	169
Pedra Branca do Amaparí	Escola Família Agrícola da Perimetral Norte.	Curso de Qualificação Profissional.	164
Mazagão	Escola Família Agroextrativista do Carvão.	Técnico em Agroextrativismo.	185
Mazagão	Escola Família Agroextrativista do Maracá.	Técnico em Agroecologia.	166
Tartarugalzinho	Escola Família Agroextrativista do Cedro.	Curso de Qualificação Profissional.	135

Fonte: Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP).

A Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP) está integrada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) que realiza uma coordenação nacional. Por sua vez, as Escolas Famílias do Amapá (EFAs) estão ligadas RAEFAP, que é a matriz que coordena e faz a distribuição de recursos entre as EFAs. Juridicamente, se constitui como uma associação sem fins lucrativos, com títulos estaduais de filantropia e utilidade pública.

Um importante ponto de apoio e desenvolvimento para as Escolas Famílias do Amapá são as diversas parcerias que as associações têm conseguido estabelecer com os mais diferentes órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. A maior parte dessas parcerias é conseguida através da RAEFAP e estende-se a todas as EFAs do Estado, ainda que possivelmente com diferentes enfoques.

Dentre essas parcerias, há as que se destinam ao simples repasse de recursos físicos e/ou financeiros, como o convênio assinado entre RAEFAP e governo do Estado do Amapá ou algumas emendas parlamentares destinando maquinário agrícola para alguma escola específica e, também, aquelas promovidas por entidades governamentais que se dedicam a desenvolver determinados setores sócio-econômicos, como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá), por exemplo.

Podemos destacar como a parceria mais eficaz e consistente a estabelecida entre a RAEFAP e a Embrapa-AP (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), com o projeto Transferência de Tecnologias e Conhecimentos em Apoio à Inclusão Tecnológica e ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Estado do Amapá. Assim, os alunos são capacitados através de cursos e palestras a trabalhar temas ligados a produção de mudas frutíferas, manejo florestal, irrigação e apicultura, entre outros.

No caso do Amapá, a pedagogia da alternância nas EFAs tem contribuído na efetivação de uma educação rural diferenciada das escolas rurais convencionais, estimulando as ações da comunidade e o fortalecimento do capital social, com práticas de solidariedade, sustentabilidade e cooperação, com objetivo do crescimento econômico e social das famílias que constituem cada localidade que se beneficia dessa forma de educação.

Em 2011, a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) adota o primeiro curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, tendo como metodologia a Pedagogia da Alternância. O curso é exclusivo para egressos das Escolas Famílias Agroextrativistas do Amapá (EFAs). Esse é um projeto piloto do Programa de Formação no Campo da Universidade e fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Governo Estadual, Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP) e UEAP.

A pedagogia da alternância incorpora os conhecimentos formais escolares aos conhecimentos da família do agricultor, colaborando com a manutenção do trabalho com agricultura, pecuária, extrativismo, piscicultura e o melhoramento de suas experiências de vida e de trabalho. Esse modelo de educação fará com que a escola cumpra sua função social, transformando-se em um espaço de valorização das práticas sócio-culturais e econômicas, visando de forma significativa à vida da comunidade e contribuindo para a conquista do desenvolvimento local sustentável.

Proporcionando aos jovens uma educação sustentável e significativa desenvolvendo experiências de transferência de tecnologia e buscando a construção de conhecimentos a partir da realidade do jovem, aliando teoria com prática, incentivando aos mesmos atravessarem as fronteiras de suas plantações e atingir patamares antes sequer sonhados para esses agricultores, obtendo sucesso em diversos concursos estaduais e federais para trabalhar em projetos de extensão rural ou mesmo lecionar em escolas da rede pública.

A pedagogia da Alternância possui inúmeros instrumentos que norteiam as atividades dos educadores no propósito de ter a realidade como principal subsídio para a aprendizagem. Por estar voltada para os jovens rurais precisa ser eficaz a ponto de atender tanto as expectativas da juventude a atraí-la para a formação, quanto atender suas necessidades referentes ao desenvolvimento de habilidades que o permitam perceberem a realidade, analisá-la em todos os sentidos, criar intervenções e permanentemente revê-la.

Nesta perspectiva de inovação na área de educação, observamos que o processo educacional ocorre de forma gradativa, por isso um processo de construção sistemática, mas consistente e com grandes possibilidades de alcançar êxitos consideráveis para as comunidades beneficiadas. E nessa perspectiva a prática na pedagogia de alternância e a sustentabilidade caminham juntas na formação do futuro profissional consciente e para o desenvolvimento de uma ação pedagógica relacional, que norteia uma sustentabilidade educacional diferenciada de outras técnicas de conhecimento. Porém esta sustentabilidade ainda é principiante dentro da realidade trabalhada, no que concerne a educação, devemos incentivar uma educação ambiental que assegure a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.
- CALVÓ, Pedro Puig. Introdução. In: **Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional. Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arcadasletras>. Acesso em: 02 abr. 2012.

Disponível em: <http://www.portaldoamapa.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2012.

ESTEVA, D. O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação**. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1, 1999. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

MAGALHÃES, M. S. **Escola Família Agrícola: uma escola em movimento**. 2004. 126 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

NASCIMENTO, A. L. C. (2005). **Escolas-família agrícola e agroextrativista do Estado do Amapá: práticas e significados**. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Disponível em: nono.eses.pt/interccoes/artigo. Acesso em 22 de março de 2012.

PESSOTI, A. **Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural**. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978

SILVA, L. H. (2000). **As representações sociais da relação educativa Escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

SILVA, M. F. **Pensar o trabalho é pensar a vida: as dimensões da formação na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Marabá**. 2003. 135 p. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Belém. 2003.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos Acadêmicos (normas e técnicas)**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Pedagogia da Alternância: Uma alternativa consistente de escolarização rural?** UFMG. GT 14 Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 23 de março de 2012.

TEIXERA, E. S. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectiva para a pesquisa**. 2008. Educação e Pesquisa. São Paulo, V.34, n2, p. 227 – 242, maio/ago/2008. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 23 de março de 2012.

----- **A Educação do Campo em foco: avanços e perspectivas da Pedagogia da Alternância em Minas Gerais**. In: 28a REUNIÃO ANUAL DA ANPED (GT MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO Nº 3). 2005. **Anais...**

Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso no dia 23 de março de 2012.

UNEFAB. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. n. 4. jul. 2007.

